



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista Coletiva à Imprensa em 23 de Maio de 1990

Sonia Carneiro (Rádio Jornal do Brasil): Presidente, seu plano econômico está sofrendo muito desgaste e atravessa uma fase crítica. Os descamisados se queixam de arrocho salarial, apesar da sua promessa de campanha de que isso não iria acontecer. Afinal, a inflação não é zero, e aumentos de preços têm sido verificados e constatados. Até o seu Ministro do Trabalho se aliou ao Congresso, defendendo nova política salarial, discordando da prefixação em zero dos reajustes usada pela área econômica para estabelecer a livre negociação por portaria. Como o senhor vai decidir esse conflito? Vai propor nova fórmula de política salarial ao Congresso, colocando um ponto final na onda grevista que já se reiniciou? E se isso acontecer, os IPCs de março e abril serão expurgados ou não?

Presidente: Em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a toda a sociedade brasileira pelo apoio indispensável e fundamental para o sucesso do plano econômico do nosso Governo — plano econômico que nasceu das expectativas, que nasceu das indagações, que nasceu das angústias da população do nosso País.

O programa está indo muito melhor do que se poderia imaginar, do que nós poderíamos imaginar no início do Governo. É bom que nos lembremos das metas que tínhamos quando da im-

plantação do programa. Em primeiro lugar, nós estabelecemos um prazo de cem dias para oferecer à sociedade brasileira os primeiros resultados. Nós estamos hoje no 68.^o dia de Governo, nos faltando, portanto, 32 dias, se as minhas contas estiverem corretas.

Até o presente momento, as nossas metas foram antecipadas. Nós esperávamos, nesse período, ou seja, em cem dias, apresentar uma redução da inflação de cerca de 90% ao mês para algo em torno de 10% ao mês. Outra meta era apresentar reservas da ordem de sete bilhões e meio de dólares. Uma outra meta era que nossa liquidez estivesse num patamar entre 18 e 20% do PIB. E, a partir do centésimo dia, nós começaríamos a fazer as liberações — de preços, de negociação salarial, de câmbio.

Como os índices alcançados, logo no início do programa econômico, foram, para nós, surpreendentemente positivos, nós pudemos antecipar essa tomada de decisões que iríamos adotar a partir do centésimo dia. Liberamos os preços, com exceção da cesta básica, o câmbio está na ante-sala da liberação total, com a flutuação, a liquidez que esperávamos... A otimização da aplicação do plano previa uma liquidez na base de 18 a 20% do PIB, e está hoje em 14,3% do PIB, e nisso ficará porque todas aquelas torneiras que deram uma injeção de recursos na atividade econômica já foram convenientemente fechadas, com as suspensões das portarias que permitiam essas conversões de cruzados em cruzeiros. E temos uma inflação de 3,29%.

«Ficaram frustrados os arautos
da catástrofe.»

Portanto, o sucesso do plano é algo palpável. E nós ao final desses cem dias, que foi o prazo que nos auto-impusemos para oferecer à sociedade resultados positivos, não tenho dúvida nenhuma de que assim o faremos.

Ninguém melhor para atestar o sucesso do plano do que cada um de nós, brasileiros. Houve uma valorização do salário.

Houve um ganho real do salário. E basta que cada um de nós vá aos *shopping centers*, vá às lojas, sobretudo nos dias de final de semana, sexta-feira à noite ou sábado, para verificar o número de pessoas que estão lá percorrendo essas lojas, comprando. E eu quero aproveitar — abrindo um parêntese — para solicitar, mais uma vez, a todos vocês, que evitem o consumismo exagerado. Comprem aquilo que for absolutamente necessário. Não comprem para daqui a uma semana ou para daqui a dois dias. Porque o consumismo exagerado — fato esse que não está se verificando —, o exagero do consumo poderá atrapalhar e fazer recrudescer a inflação. Mas isso não está acontecendo, é apenas mais uma solicitação que eu faço.

É bom que nos lembremos também de que, logo nos dias seguintes à aplicação do plano, veio o catastrofismo de que não haveria dinheiro para o pagamento de salários. Nós nos lembramos bem disso. «Ah, não tem dinheiro para o salário!» Nós oferecemos uma linha de crédito, e apenas 15% desse total oferecido e colocado à disposição das empresas e das indústrias foram utilizados para o pagamento de salários.

O que significa isso? Significa que os 20% que o plano destacou para serem retirados das aplicações do *overnight* foram suficientes para pagar não somente a folha de março, mas também a de abril e, em muitos casos, até a de maio, ficando demonstrada, assim, a extrema liquidez que havia no sistema, e conseqüentemente nas empresas e nas indústrias.

Depois dessa primeira fase do catastrofismo, de que não haveria dinheiro para pagar as folhas de salário, veio aquela segunda onda de que haveria uma depressão, de que a atividade econômica estava paralisada. O País estava paralisado e haveria uma profunda depressão. E essa depressão não aconteceu. Frustrados ficaram aqueles arautos da catástrofe. Depois passaram da depressão para a recessão: «A recessão é inevitável. Vai haver uma recessão profundíssima e vai ser uma coisa terrível, e vai haver um desastre neste País!» O que nós verificamos não foi exatamente uma recessão na proporção do alardeado, mas tão-somente uma acomodação da própria economia a um plano econômico inédito neste País, e talvez até no mundo, e que promoveu um fortíssimo ajuste na economia brasileira.

«A questão da livre negociação atende
a um princípio de modernidade nas
relações trabalhistas.»

Agora vem a questão da livre negociação. E aí dizem: «Não. Isso vai prejudicar os trabalhadores!» Eu não acredito que isso vá prejudicar, em nenhum momento, os trabalhadores, até porque se nós verificarmos que, em qualquer instante, alguns empresários ou industriais queiram se aproveitar do momento dessa livre negociação para impor ao trabalhador sacrifícios que ele, naturalmente, não pode oferecer, o Governo estará muito atento para impedir que isso ocorra. Tanto é assim que solicitei ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Rogério Magri, que começasse a estudar medidas de uma política transitória e alternativa para que possamos aplicá-la imediatamente, se verificarmos que está havendo esse tipo de ação nefasta contra o trabalhador por parte deste ou daquele empresário, deste ou daquele industrial.

E a questão da livre negociação salarial é algo que sempre foi um anseio, não somente do sindicalismo mas que também foi colocado por mim durante a campanha política. Eu acho que esse é o patamar da modernidade também nas relações trabalhistas — a livre negociação. Então se discute que o momento não seria esse. Eu pergunto: quando seria o momento? No momento em que não houvesse uma política, ou não houvesse uma estabilização de preços na economia? No momento em que tivéssemos uma inflação extraordinariamente alta, uma hiperinflação? Ou o momento seria este, em que existe uma estabilização de preços, em que existem condições para que essa negociação possa ser feita? Sobretudo porque, como também todos concordamos, desde o início, a melhor política salarial é a derubada da inflação. Não pode haver nenhuma política salarial satisfatória que venha correndo atrás da inflação. Isso não é política salarial, porque isso imputa ao trabalhador perdas enormes, que ele jamais poderá recuperar no futuro. A melhor política salarial, portanto, é a queda da inflação, e a isso todos nós estamos assistindo.

O que precisamos entender é que é necessária a participação de toda a sociedade brasileira. Eu sempre coloquei também na campanha eleitoral que, fosse o Presidente da República eleito, ele não poderia governar sozinho, nem tampouco só com o seu partido ou com um grupo de partidos. Ele teria que governar com toda a sociedade brasileira.

E é exatamente isso que nós estamos tentando e estamos fazendo. A sociedade brasileira vem entendendo perfeitamente o que significa e a importância que tem esse plano para o futuro da Nação, para o futuro do Estado brasileiro. Pela primeira vez o Governo está cumprindo a parte que lhe cabe neste processo, e com o apoio do Congresso Nacional, que foi decisivo na aprovação de várias medidas provisórias que nós encaminhamos à apreciação das duas casas do Legislativo Federal. Com a participação da sociedade civil, com a participação de todos, enfim, nós estamos conseguindo recuperar a confiança de cada um de nós, brasileiros, no futuro da nossa Pátria. Hoje nos sentimos um pouco mais cómodos, um pouco mais à vontade, e até com um certo orgulho de falarmos em relação ao nosso futuro, interna e externamente.

E são essas considerações que eu teria a fazer para responder, objetivamente, à pergunta que me foi feita. A questão da livre negociação atende a um princípio de modernidade nas relações trabalhistas, e teria que ser implementada num momento como este, em que estivéssemos vivendo dentro de uma estabilidade de preços. Num momento em que o Governo não abdica de continuar absolutamente atento para impedir qualquer tipo de vantagem que alguns — espero que muito poucos — desses empresários e industriais queiram tirar dessa negociação. Para isso, repito, já solicitei ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social que estude fórmulas que possam ser aplicadas imediatamente, tão logo se verifique que fatos como esse estejam acontecendo.

Repórter: Presidente, o Governo vai propor a nova política salarial ao Congresso? E se o senhor mesmo reconhece que existe uma inflação de 3,29%, pela medida provisória que foi transformada em lei, ela não deveria ser repassada aos salários?

Presidente: Mas isso é uma questão da livre negociação, é por isso que existe a livre negociação. Eu acho que deve haver exatamente esse trabalho, sem que isso necessariamente passe ou seja repassado para os preços. Acho que existem três pontos fundamentais nessa negociação: além do empresário e do trabalhador, há um terceiro ponto, um terceiro participante dessa cena que é o consumidor. Então, a questão de se querer sempre repassar para os preços qualquer reajuste que seja dado não é uma atitude que eu julgue, em princípio, absolutamente correta, porque talvez o empresário possa retirar essa diferença da produtividade, do aumento da sua eficiência. Para isso a livre negociação existe, porque no momento em que o Estado está intervindo nesse processo, ele desgasta aquela que deve ser efetivamente uma relação trabalhista, moderna e efetiva neste País. Ficaremos apenas na expectativa de que essas negociações todas se processem dentro do que estamos aguardando, sem que o empresário ou o industrial se façam valer da força que eventualmente tenham sobre o trabalhador, em algum instante da negociação, de modo que isso não prejudique o assalariado. No momento em que detectarmos que isso esteja acontecendo, não teremos nenhuma dúvida em encaminhar e em submeter à sociedade um novo texto, que pode ser esse que está sendo tratado dentro do Ministério do Trabalho e da Previdência Social pelo Ministro Magri.

«O Proálcool está incluído na matriz energética deste País.»

Tânia Monteiro (Jornal do Brasil): Senhor Presidente, o País está convivendo hoje, em todos os estados, com enormes filas para abastecimento dos carros a álcool, o que descarta qualquer possibilidade de se dizer que não existe crise no setor. Eu queria saber do senhor o que vai acontecer com o Proálcool. Segundo, em relação às pessoas que incentivadas pelo Governo e que agora se sentem lesadas por terem comprado um carro a álcool, o que o senhor acha que elas devem fazer? O senhor compraria hoje um carro a álcool?

Presidente: Não, como eu já disse, respondendo a uma pergunta, e ela não era inédita, se não me engano do jornalista Joelmir Betting, hoje eu compraria um carro a gasolina. Não compraria um carro a álcool, mas isso não significa dizer que o Governo fuja em algum instante da sua responsabilidade de fornecer à sociedade, de fornecer aos consumidores e aos usuários do álcool, aos proprietários de carros a álcool, o combustível para que eles possam movimentar os seus carros.

Eu já disse também que o Proálcool está incluído na matriz energética deste País, e que nós haveremos de superar as dificuldades que estamos vivendo, sobretudo aqueles que são proprietários de carros a álcool. É lamentável que isso esteja ocorrendo. A responsabilidade é, sim, do Governo. Infelizmente nós estamos tratando de uma herança, de uma terrível herança, e nós precisamos rapidamente encontrar a fórmula para podermos colocar nas bombas dos postos de gasolina, dos postos de abastecimento, o combustível necessário para fazer andar a frota brasileira a álcool.

Com a liberação que já foi feita no passado das exportações de açúcar, e tendo em vista o preço do açúcar lá fora estar bastante atrativo, hoje a produção vem sendo canalizada basicamente para o açúcar e para a exportação. É necessário que, de alguma maneira, encontremos meios e maneiras de fazer, a partir do início da safra do Centro-Sul, com que essa safra, com que o esmagamento de cana seja utilizado para a fabricação de álcool para atender à demanda dos proprietários de carros a álcool no Brasil.

Infelizmente isso não depende de um ato, de uma portaria ou de um decreto, ou eventualmente do desejo e da vontade do Presidente da República, até porque é uma questão que envolve agricultura, temporada de safra, uma série de outros fatores. Mas nós estamos trabalhando duro em cima disso, com muito vigor, para que possamos já agora, em junho/julho, normalizar o abastecimento de álcool em todo o País.

A partir de julho, poderemos ter problemas em relação ao abastecimento no Norte e no Nordeste, porque já estaremos na entressafra da produção de cana e açúcar. Enfim, é um problema que mobiliza os esforços do Governo, está mobilizando as

atenções do Ministro Ozires Silva, da Infra-estrutura, que tem a incumbência, baseada na determinação que lhe dei, de resolver esse problema dentro do menor espaço de tempo possível e, mais do que isso, de oferecer aos consumidores de álcool, aos proprietários de carros a álcool, as informações claras e transparentes para que eles saibam, exatamente, o que está acontecendo em função das ações que o Governo vêm empreendendo no sentido de solucionar essa questão.

Repórter da Agência Estado: Senhor Presidente, a persistir em erros jurídicos na elaboração das medidas do Governo como vem ocorrendo desde a edição das primeiras medidas provisórias, o senhor está determinado a punir os responsáveis ou o senhor continua afirmando que essa equipe vai acompanhá-lo até o fim do seu mandato?

Presidente: Eu quero aproveitar esse momento também para agradecer, mais uma vez, a todos os meus Ministros de Estado e aos meus Secretários de Governo pelo idealismo e patriotismo com que eles vêm se havendo no exercício das suas funções. Todos eles merecem a minha maior e inextinguível confiança, como também a minha amizade, em função da lealdade que todos têm aos princípios que nortearam a nossa campanha e que nos conduziram à Presidência da República.

Eles estão governando de maneira a atender, dentro do menor espaço de tempo possível, as expectativas nacionais. Se erros estão acontecendo, se equívocos estão acontecendo no Governo, esses equívocos são meus, fui eu que os cometi e não nenhum dos meus Ministros, nenhum dos meus Secretários de Governo. Portanto, todos eles permanecem dentro da estrutura administrativa até o último dia do meu Governo, a não ser que, por uma questão pessoal, ou por uma questão que diga respeito diretamente a cada um deles, julguem conveniente oferecer os seus esforços e os seus serviços ao País em outra instância, que não em nível federal.

Rosana de Cassia (Rádio Nova Eldorado — AM): Presidente, o senhor fez agora há pouco um apelo no sentido de que haja uma contenção do consumo, alegando que o trabalhador teria

tido um ganho real nos salários, desde a instalação do seu plano. Ocorre que, se houve esse ganho real, o trabalhador já gastou no reajuste de aluguéis e também na compra de material, enfim, os produtos que não estão dentro da cesta básica. O que está acontecendo, pelo menos é o que registra a Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança, é um número elevado de saques nas cadernetas de poupança. Então o que eu gostaria de saber é se já está sendo levantado, por parte do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, uma preocupação, um estudo, e se o senhor poderia antecipar alguma coisa com relação a esse estudo. Por outro lado, gostaria de saber se houve um erro de cálculo no plano econômico, que não previu a elevação de saques da poupança, e o que será feito efetivamente. A respeito da pergunta da repórter Sonia Carneiro, o senhor disse há pouco que a livre negociação é fundamental para os trabalhadores. Então eu gostaria de saber duas coisas: se o senhor tem conhecimento de que algumas categorias estão obrigadas a reduzir os seus salários para se manter no emprego e se o senhor tem o conhecimento, também, de sindicatos enfraquecidos que agora, diante de uma livre negociação, poderão se declarar no suicídio?

Presidente: A livre negociação, sem dúvida nenhuma, atende ao princípio de modernidade do nosso Governo e do mundo em que estamos vivendo.

Isso também não é algo que nasceu com este Governo — a questão da livre negociação. Isso vem sendo algo também defendido pelos sindicatos, sobretudo, é claro, pelos sindicatos mais organizados desde muitos anos aqui no Brasil. Nós reconhecemos que existem algumas categorias que, por não estarem sindicalizadas ou por não serem seus sindicatos fortes o suficiente para poder promover uma negociação com o patrão que lhes favoreçam, precisam continuar recebendo a atenção do Governo. E é exatamente a isso que eu me referi, quando disse que o Governo está atento para que essas categorias, que não estejam tão organizadas, tenham a certeza de que o Governo estará ao seu lado, quando ficar claro ao Governo, pelas atitudes de alguns patrões, o desejo de submeter o trabalhador a um posicionamento que não corresponda rigorosamente ao que nós estamos verificando na economia.

Nesse processo que está havendo, mesmo antes do anúncio da livre negociação, de redução de jornada de trabalho, consequentemente redução de salário, nós verificamos que decisões como essas foram tomadas pelos sindicatos muito bem organizados e fortes. Em alguns casos, os próprios trabalhadores das empresas retiraram dos seus salários cerca de 20% para fortalecer o capital de giro das empresas. Esse dinheiro, naturalmente, será devolvido de acordo com a negociação que foi feita dentro de um prazo *x*, com juros e correção monetária do período. E todos fizeram isso, pelo menos nós assistimos pelas televisões, com muita satisfação, porque sabiam que estavam dando uma participação nesse processo, que visava fortalecer sobretudo a atividade econômica, garantir o emprego e promover o crescimento econômico do País. Nenhuma dessas negociações que foram feitas de redução de jornada com redução temporária de salário, foi tomada sem que houvesse a participação do plebiscito — inclusive várias empresas fizeram plebiscitos — e também dos sindicatos.

O Governo estará sempre muito atento e acompanhando muito de perto todas essas negociações que venham a ser procedidas e, volto a repetir, no momento que verificarmos que está havendo excesso por parte de patrões e empregados em termos dessa negociação livre, nós estaremos prontos a tomar posição e prontos para tomar medidas de modo a proteger esses assalariados que não estão sindicalizados e não têm sindicatos fortes, e aqueles que estão de alguma maneira desprotegidos nesta fase da vida brasileira.

Repórter: E com relação à poupança, Presidente?

Presidente: Com relação à poupança, o que nós estamos assistindo é uma abertura muito grande de novas cadernetas. Essa foi outra idéia catastrófica, que surgiu no início da aplicação do plano. Disseram: «A instituição caderneta de poupança foi afetada na sua credibilidade, hoje acabou a caderneta de poupança». E graças a Deus o que estamos vendo é exatamente o contrário: um número enorme de cadernetas de poupança foi aberto logo depois da primeira semana do plano.

Se algumas fraudes ocorreram, e talvez seja a isso que queira se referir a pergunta, elas estão sendo hoje detectadas pe-

lo Banco Central e estão sendo encaminhadas ao Ministério Público para o processo conveniente. O que é fundamental é que nós não podemos estabelecer como parâmetro, porque não é real, que tenha havido saques na caderneta de poupança acima do que permitiria a credibilidade do plano. Absolutamente! Quem retirou o dinheiro da caderneta de poupança o retirou para poder fazer face a alguma despesa emergencial que tivesse em função, inclusive, da permissão que demos com base nas portarias do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e do Banco Central. Portanto, perfeitamente dentro da Lei

Aqueles que quiseram burlar a legislação, aqueles que quiseram burlar essas determinações estão vendo o seu nome agora caindo na rede do Banco Central e do próprio Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e terão naturalmente em inquérito aberto, com processo formado, que dar a sua resposta ao poder Judiciário.

Repórter: O senhor disse que houve um aumento nas cadernetas de poupança. Eu gostaria de saber, então, por que a Ministra Zélia Cardoso de Mello manifestou interesse de rever o reajuste das cadernetas de poupança, admitindo que teria havido uma queda de abertura de poupança?

Presidente: Não, não é questão de haver queda, é porque não são esses os números que nos chegam. É só verificar junto ao Banco do Brasil, por exemplo, a Caderneta Verde, ou ver a caderneta da própria Caixa. Hoje o que é preciso verificar é se a rentabilidade das cadernetas de poupança está sendo suficientemente correta para atender à permanência daqueles recursos nas cadernetas.

É preciso verificar que nós saímos de uma inflação de 90% ao mês e estamos hoje com uma inflação por volta dos 3%, em 68 dias. Esse é um processo de acomodação que não se faz sem que tenhamos de realizar uma série de ajustes, e um ajuste como este é perfeitamente natural. Nós não podemos permitir que o nível de rentabilidade das cadernetas de poupança seja tal que afugente o depositante na caderneta. Ou seja, a caderneta de poupança tem que ser um investimento atrativo, e é exatamente a isso — para saber em que patamar está esta atividade — que se referiu a Ministra Zélia, e não a de alguma queda nos depósitos em cadernetas de poupança.

«O crescimento econômico brasileiro
não pode em nenhum momento
se submeter ao pagamento da
dívida externa.»

Ricardo Palmas, Agência Efe: Senhor Presidente, os bancos credores internacionais estão pedindo o pagamento dos atrasos do Brasil antes de começar a renegociação da dívida. Qual será a posição do seu Governo, no caso de eles insistirem nessa posição?

Presidente: Em toda negociação, cada uma das partes deve cumprir a sua função. Os bancos, no sentido de verem pagos os juros atrasados da nossa dívida, e nós, naturalmente, de querermos tirar o melhor proveito possível dessa negociação a favor do Brasil, para que não exageremos na dosagem daquilo que teremos que pagar inicialmente.

O fundamental na negociação da dívida externa brasileira é a obediência a um princípio basilar: não se trata de saber quanto poderemos crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico.

O crescimento econômico brasileiro não pode, em nenhum momento, se submeter ao pagamento da dívida externa. Hoje o que nós estamos verificando é um ambiente extremamente favorável, não somente no exterior como internamente no País, e também junto ao sistema financeiro internacional, para que possamos fazer uma ampla renegociação dessa dívida, em termos que não comprometam o nosso crescimento econômico e que não tragam o enfraquecimento do nosso mercado interno, a concentração da renda interna e, portanto, o enfraquecimento da Nação como um todo, e da sua economia.

A Ministra Zélia, chegando hoje a Washington, deverá trazer boas notícias. A primeira delas já foi amplamente divulgada, que é a retirada, por parte dos Estados Unidos, do nome do Brasil da lista de países considerados não confiáveis nas suas relações comerciais. Isso é uma demonstração de absoluta confiança do sistema comercial mundial nessa nova postura que o

Brasil assume diante de si próprio, em primeiro lugar, e diante do mundo. A negociação da dívida externa continua sendo tratada com a responsabilidade e a diligência que se deseja, e naturalmente com a audiência do Congresso Nacional.

Quando a Ministra colocou que teríamos que resolver antes internamente, para depois oferecermos a proposta aos bancos credores, isso é rigorosamente verdadeiro, porque ela está obedecendo a um dispositivo da própria lei interna, e mais do que isso a um dever de consciência. Essa é uma discussão que tem que passar por toda a sociedade e, em consequência, pelo Congresso Nacional, para que possamos nos sentar com o respaldo necessário para promovermos essa ampla renegociação da dívida externa. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ela será extremamente favorável ao Brasil e aos nossos interesses.

Humberto de Campos (RBS): Senhor Presidente, o Ministro Francisco Rezek, aqui presente, já anunciou a sua primeira viagem ao exterior. Vai ser em junho, à Argentina, para promover a integração latino-americana. Eu gostaria de saber quais são os projetos que o senhor prometeu assinar com os argentinos e com outros sul-americanos, se já existe uma lista desses projetos, o que o senhor vai fazer dos projetos do Governo anterior, e quais são os projetos futuros que o senhor pretende assinar com os argentinos.

Presidente: A integração latino-americana é um dos temas primordiais da nossa política externa. Nós temos compromissos com o nosso continente, temos compromissos com a América Latina, temos compromissos com os países amigos, temos compromissos com a nossa integração. Ela é fundamental, inclusive está escrita no próprio texto constitucional.

Daí a nossa preocupação de não somente acelerarmos os convênios que foram assinados em governos passados, mas também promovermos novas aberturas que possibilitem, efetivamente, que essa integração saia do plano, dos tratados, dos decretos, dos convênios e dos termos assinados entre o Brasil e seus países amigos e passe para a prática.

No último dia 16, tivemos já um grande avanço em relação à ponte ligando São Borja, no Rio Grande do Sul, a Santo To-

mé, na Argentina. Essa ponte, que é um anseio, que é um sonho da população do Rio Grande, sobretudo daquela área da fronteira, e também da Argentina, finalmente vai ser concretizada. No último dia 16, a comissão que o Presidente Menem e eu nomeamos — ele pelo lado da Argentina e eu pelo lado do Brasil — para que estabelecesse as condições pelas quais seriam lançados os editais de concorrência concluiu os seus trabalhos, e nós já estamos marcando uma data para fazermos o lançamento do edital para a construção dessa ponte, ligando São Borja a Santo Tomé. Será nas próximas semanas, nos próximos 10 a 15 dias, e para isso já estão trabalhando o Ministro Rezek e o Chanceler da Argentina.

Esse é um marco importantíssimo na nossa integração. Temos ainda a questão do gasoduto, também como a Argentina, que está sendo tratada pelo governo da República Argentina para saber de onde virá esse gás — se da região A ou da região B. Nós estamos aguardando essa definição de ordem técnica, por parte das autoridades daquele país, para que possamos, depois, nos integrar a esse trabalho, de modo a trazer o gás da Argentina para o grande estado do Rio Grande do Sul.

Temos também a questão da hidrovía, que vem sendo uma das preocupações de todos aqueles que defendem a integração latino-americana. A primeira viagem já foi feita, de Corumbá até um porto no Uruguai, trazendo um carregamento de soja. Tudo isso por via fluvial. O ex-governador Franco Montoro já preparou uma parte do Rio Tietê, inclusive com suas eclusas, visando exatamente esse enlace com o problema hidroviário da América Latina.

De modo que as coisas estão caminhando nesse sentido. E estamos saindo, finalmente, do plano retórico da discussão da integração latino-americana para o plano formal, para o plano da ação efetiva, para o plano da obra efetiva, que, se Deus quiser, terá na ponte São Borja-Santo Tomé um marco importante e definitivo.

Elmano Silva (Folha de S. Paulo): Senhor Presidente, o Secretário João Santana disse que falta vontade política de membros do Governo para que a reforma administrativa seja feita. Como o

senhor pretende agir para que a reforma administrativa realmente ocorra, ao contrário do Governo anterior, quando não passou do papel?

Presidente: Bom, eu quero dizer que neste Governo só existe uma vontade política, que é a vontade do Presidente. O regime é presidencialista e, até por uma questão de temperamento e de modo de agir, eu costumo atuar dessa maneira. No momento em que existir mais de uma vontade política no Governo, isso não poderá continuar. E não me parece que exista mais de uma vontade política, porque só existe a vontade política do Presidente, que é o responsável, em todas as instâncias, por essa reforma e por todas as reformas que se processarem dentro desse período no País.

Então, a reforma administrativa caminha e as metas vão ser atingidas. E não há, no Governo, nenhuma voz destoante quanto a isso. Na última reunião ministerial eu fiz distribuir uma pasta, para cada um dos Ministros, com as metas e com o prazo que eles têm para atingir essas metas. E nós estamos acompanhando isso diariamente. Essa questão está andando bem, não tenho nenhum motivo ainda para manifestar impaciência, que aliás eu tenho muita, sempre. Mas não tenho nenhum motivo para manifestar impaciência em relação à questão da reforma administrativa, porque ela está caminhando bem. E a vontade política do Governo existe, e nós vamos levá-la a cabo para cumprir rigorosamente, ponto por ponto, vírgula por vírgula, o que nos comprometemos a realizar.

Leonel da Mata (SBT): Esboça-se no Congresso Nacional um movimento já batizado de «Grupo da Governabilidade». São políticos, de vários partidos, inclusive políticos que apóiam explicitamente o Governo, o senhor. E políticos que criticam essa vontade política a que o senhor se referiu anteriormente, já que, segundo eles, não existem regras fixas na relação entre o Executivo e o Legislativo. Em nome disso, esse grupo prepara uma opção para o que eles temem ser uma crise de governabilidade que o País possa atravessar. O senhor acha razoável que políticos tão importantes, as lideranças políticas no Congresso, atuem nesse sentido?

Presidente: Veja bem, eu vejo neste grupo já formado no Congresso Nacional um interesse em participar, uma tentativa de colaborar de alguma maneira para que todo esse nosso projeto, que não é um projeto do atual Governo, é um projeto nacional, tenha resultados consolidados num curto espaço de tempo. A questão da governabilidade é que talvez não esteja bem adaptada ao que me parece seja o que movimenta esses parlamentares, no sentido de discutir algumas questões que estão na pauta da vida nacional de hoje.

Em primeiro lugar, porque há um Presidente da República eleito, em duas oportunidades, pela sociedade brasileira. Se nós partirmos da idéia de que a governabilidade é dada, em primeiro lugar, em primeiríssimo lugar, pela sociedade, dentro do regime democrático, já estamos cumprindo, todos nós, o primeiro passo. O segundo é o mais absoluto respeito à Constituição, que foi redigida pelos congressistas, entre os quais esses que estão se reunindo nesse grupo.

«Todos nós bem sabemos que as
respostas que a população exige devem
ser sempre rápidas.»

No momento em que algumas das medidas que nós baixamos dividiram o pensamento jurídico da Nação, uma parte achando que elas eram constitucionais, outra parte achando que não eram constitucionais, não tive a menor dúvida de mandar retirá-las para demonstrar, em primeiro lugar, o meu respeito ao pensamento jurídico da Nação brasileira, e, em segundo lugar, ao que a Constituição determina. No momento em que o pensamento jurídico colocou isso em dúvida, naturalmente não podíamos, em instante nenhum, até para sinalizar esse enorme respeito à Constituição, tomar outra atitude que não essa. Então, estamos governando com a Constituição que eles próprios redigiram em nosso nome.

Em terceiro lugar, o que nos transparece, pelas pesquisas que são realizadas, pelas enquetes que são promovidas em todos

os recantos deste País, é que há um perfeito entendimento da sociedade brasileira de que as medidas que foram adotadas são corretas, que elas tinham que ser implementadas, e, além disso, uma confiança de que elas vão trazer o País, finalmente, para um estágio de desenvolvimento compatível com a aspiração social que nós temos hoje dentro do Brasil.

Então, talvez o termo não seja apropriado para o caso. Eu acho que deve haver uma preocupação, sim, de todos nós para fazermos com que esse processo de acomodação do País a essa nova realidade criada com a posse do novo Governo seja feito da maneira mais suave ou mais cômoda possível. Não se trata da questão da governabilidade, porque nós estamos com as nossas instituições todas funcionando, o nosso sistema democrático dando uma prova da sua vida, da sua força, da sua vitalidade. Temos um Congresso atuando decisivamente para que essas medidas sejam implementadas com êxito, a sociedade toda participando e um Governo com absoluta pressa de oferecer à sociedade brasileira resultados consolidados da sua política econômica, porque todos nós bem sabemos que as respostas que a população exige devem ser sempre rápidas. E é isso que nós estamos procurando fazer, sempre com atenção à nossa Constituição, respeito ao Poder Legislativo, absoluto respeito ao Poder Judiciário e à exigência de dedicação plena e exclusiva daqueles que estão nos ajudando a levar esse barco adiante, que são os meus Ministros e os Secretários de Governo.

José Leonardo Rocha (Jornal de Brasília): Senhor Presidente, o senhor enfrentou a primeira crise militar do seu Governo punindo dois generais da reserva. Logo em seguida a esse episódio, a chapa de oposição, que é apoiada pela comunidade de informações, venceu as eleições no Clube Militar, defendendo a transformação do clube num fórum de debates políticos. O senhor acredita que isso vai representar um foco permanente de crise? E se os militares da ativa, a partir de agora, criticarem abertamente o Governo? Dessa vez eles vão ser punidos?

Presidente: Essa é uma questão que eu teria que colocar para todos os senhores e senhoras, e que ficou absolutamente no âmbito do Ministério do Exército. Apenas o Ministro Tinoco me

comunicou o que teria havido, a infringência a algumas normas do código disciplinar do próprio Exército, e a decisão que ele havia tomado de fazer algumas punições.

Então isso fica restrito à órbita do Ministério do Exército. Em relação à questão do Clube Militar, é preciso saber: candidato de oposição a quem? Isso é uma questão deles.

Há o Clube Militar, há o Clube de Engenharia, há o Clube dos Arquitetos, são todas categorias que nos merecem todo o respeito e toda a atenção. Mas no momento em que o Presidente da República achar que o resultado da eleição de uma das chapas em disputa num desses clubes pode, de alguma maneira, gerar crises, é sinal de que não temos confiança na nossa democracia, nas nossas instituições. Nós estamos vivendo hoje, rigorosamente, num instante absolutamente democrático. E cabe a nós, a cada um de nós, fortalecer as nossas instituições democráticas. Temos compromissos com a democracia e temos compromissos com a nossa Constituição. Não me parece, em instante nenhum, que um resultado de eleição em um clube possa se transformar numa crise, dentro de um País. Há pouco mais de um ano tivemos uma nova Constituição, promulgada e escrita pelo povo brasileiro. Nessa mesma Constituição, há um artigo ou capítulo que diz, de uma maneira muito clara, qual o papel constitucional das nossas Forças Armadas. Forças Armadas estas que, diga-se de passagem, cumpriram um papel importantíssimo nesse período de transição — um papel absolutamente patriótico. Isso deve ser exaltado.

Então, dentro desse papel constitucional é que todos nós estaremos nos movimentando — as Forças Armadas, a sociedade civil, o Congresso Nacional, as nossas instituições e o Poder Judiciário. Em absoluta observância à nossa Constituição e à democracia que nos cabe preservar, custe o que custar.

Repórter: Os militares da ativa podem ser punidos?

Presidente: Não podemos tratar de hipóteses. Isso são fatos que parecem presentes dentre as nossas preocupações de hoje em dia. Se fatos a que o senhor se refere ocorrerem — e eu não tenho por que acreditar que venham a ocorrer — serão tratados

de conformidade com as normas disciplinares das Forças Armadas. Mas eu acredito e tenho a certeza de que essa suposição está inteiramente afastada das nossas cogitações.

Muito obrigado aos senhores, muito obrigado às senhoras.

*Entrevista coletiva concedida à Imprensa
por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Itamaraty,
no dia 23 de maio de 1990.*